



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJSP - POLÍCIA FEDERAL
SETOR DE GENÉTICA FORENSE - SEGEF/DPER/INC/DITEC/PF

LICI. PROJETO BÁSICO Nº 20763901/2021-SEGEF/DPER/INC/DITEC/PF

Processo nº 08201.001366/2021-84

1. DO OBJETO

1.1. Aquisição mediante inexigibilidade licitatória, do insumo **PowerPlex® 6C Matrix Standard**, (6C Matrix Standards are labeled with: FL-6C, JOE-6C, TMR-6C, CXR-6C, TOM-6C and WEN) da empresa PROMEGA CORPORATION, para uso no laboratório do Setor de Genética Forense- SEGEF em Brasília/DF, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento:

TABELA 01- Da descrição e quantitativos

ITEM	DESCRIÇÃO/ESPECIFICAÇÃO	CATMAT	UN. DE MEDIDA	QUANTIDADE
1	PowerPlex® 6C Matrix Standard , (6C Matrix Standards are labeled with: FL-6C, JOE-6C, TMR-6C, CXR-6C, TOM-6C and WEN): Padrão de fluoróforos usado na calibração espectral para uso de kits PowerPlex® Fusion 6C System. Compatível com plataformas como 3500 e 3500xL Genetic Analyzers. Código do produto: DG4900. Apresentação do produto: embalagem com 5 Preps.	463941	Unidade	3 kits

1.2. O prazo de vigência das contratações é de um ano, contados da data de confirmação de recebimento do Empenho, prorrogável na forma do art. 57, § 1º, da Lei nº 8.666/93.

2. JUSTIFICATIVA E OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO

2.1- As justificativas da contratação encontram-se pormenorizadas em Tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Projeto Básico. Entretanto, aqui também explicitada.

2.1.1. Da necessidade das aquisições

Esta aquisição se refere a reagente de Biologia Molecular utilizado para a calibração espectral do Analisador genético ABI 3500. Consiste em item essencial à análise pericial de materiais biológicos relacionados a ilícitos penais de vestígios biológicos encontrados em locais de crime e em outras análises em genética forense efetuadas pelos Laboratório.

2.1.2. Fundamentação legal da Contratação e Justificativa para a Escolha do Fornecedor

O laboratório do SEGEF é Acreditado pela ISO 17025/2017. Este normativo ressalta: ISO 17025/2017 [...] - 6.6 Produtos e serviços providos externamente. 6.6.1 O laboratório deve assegurar que sejam utilizados somente produtos e serviços adequados, providos externamente, que afetem as atividades de laboratório,

quando tais produtos e serviços: - forem destinados à incorporação nas atividades do próprio laboratório [...]. Os impositivos desta norma, assim como as exigências de nosso Sistema de Gestão da Qualidade, tornam todas as nossas aquisições objeto de preocupação. Caso inadequado, o insumo pode comprometer a qualidade dos exames periciais de materiais biológicos relacionados a ilícitos penais e nas demais análises em genética forense efetuadas pelo Laboratório.

O insumo **PowerPlex 6C Matrix Standard** consiste em uma matriz de calibração contendo fragmentos de DNA marcados com seis diferentes fluoróforos (FL-6C, JOE-6C, TMR-6C, CXR-6C, TOM-6C, WEN). Esses fluoróforos são utilizados na calibração espectral do equipamento Analisador Genético ABI 3500, que consiste no principal equipamento do laboratório de genética forense.

Os analisadores genéticos ABI 3500 realizam a eletroforese de produtos de PCR amplificados. No laboratório da Setor de Genética Forense-SEGEF o Kit de Amplificação atualmente utilizado é o kit **PowerPlex Fusion 6C**, também fabricado pela PROMEGA CORPORATION.

Importante ressaltar que existem no mercado outros kits de amplificação e de calibração espectral de outros fabricantes, entretanto, ocorre que, tecnicamente, a matriz de calibração espectral é específica para cada kit de amplificação, ou seja cada kit de amplificação obrigatoriamente deverá utilizar a respectiva matriz de calibração. Portanto, pelo fato deste setor demandante utilizar o kit de amplificação da empresa PROMEGA CORPORATION, torna justificada a aquisição do kit de calibração espectral da mesma fabricante.

Pelo acima exposto, justifica-se tecnicamente a aquisição do insumo **PowerPlex® 6C Matrix Standard**, (6C Matrix Standards are labeled with: FL-6C, JOE-6C, TMR-6C, CXR-6C, TOM-6C and WEN) da empresa PROMEGA BIOTECNOLOGIA DO BRASIL LTDA, representante nacional da empresa PROMEGA CORPORATION, que possui autorização exclusiva no Brasil para fazer e apresentar cotações, participar em licitações públicas e privadas, aceitar pedidos de compra, venda e fornecimento de serviço e assistência técnica e revenda de todos os produtos e equipamentos da marca PROMEGA.

A fundamentação legal principal para a inexigibilidade licitatória, será no Art. 25, Inciso I da Lei nº 8.666 de 21 de junho de 1993.

2.1.3. Da Justificativa para o Quantitativo dos bens

A quantidade do produto a ser adquirido foi estipulada considerando: 1) Informações contidas no Sistema Criminalística – SisCrim, que é o sistema oficial de gerenciamento de documentações e materiais utilizado por todas as unidades de perícia do Departamento de Polícia Federal. Tal sistema possui relatório informativo com o número de casos pendentes, qual seja, 313 (trezentos e treze), sendo que em média, são processadas cinco amostras por caso, estimando-se, portanto 1565 (mil quinhentos e sessenta e cinco) processamentos a serem realizados; 2) Considera-se ainda, que em tempos recentes, houve notável acréscimo da demanda setorial e expressivo aumento da rotina de casos de competência da Polícia Federal, principalmente a partir da criação do Banco Federal de Perfis Genéticos (Portaria no. 079/2011-DITEC/DPF, de 28 de setembro de 2011, publicado no Boletim de Serviço no. 194, de 07 de outubro de 2011) e sua operacionalização a partir da Lei 12654/2012 e do Decreto 7950/2013 (Institui o Banco Nacional de Perfis Genéticos e a Rede Integrada de Bancos de Perfis Genéticos).

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO

3.1. A descrição da solução como um todo, encontra-se pormenorizada em Tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Projeto Básico.

4. CLASSIFICAÇÃO DOS BENS COMUNS

4.1. Trata-se de aquisição de bem comum, a ser CONTRATADA mediante inexigibilidade licitatória, em sua forma eletrônica.

5. CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE

5.1. Os critérios de sustentabilidade são aqueles previstos nas especificações do objeto e/ou obrigações da CONTRATADA e/ou no edital como requisito previsto em lei especial

5.1.1. Ainda, quanto à sustentabilidade ambiental, cabe ressaltar que o insumo ora pretendido é utilizado em pequenas quantidades à cada aplicação (na ordem de microlitros), portanto oferecendo impacto extremamente reduzido. Ademais, o laboratório do Setor de Genética Forense executa as boas práticas de descarte, na categoria de lixo hospitalar/infectante, promovendo o tratamento adequado e mitigando os impactos ambientais gerados.

6. ENTREGA E CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO DO OBJETO

6.1. Os prazos de entrega dos bens será em até 330 dias (onze meses) contemplando três entregas. O prazo será contado a partir do dia útil imediatamente subsequente à data de confirmação de recebimento do Empenho, em remessa parcelada (30 a 90 dias; 180 a 210 dias; 300 a 330 dias) de acordo com o cronograma de entrega abaixo. As entregas deverão ser realizadas no seguinte endereço: Instituto Nacional de Criminalística, Quadra 07, lote 23, Setores Complementares, CEP 70.610-200, Brasília-DF, Telefone/Fax (61) 2024-9842, no horário de 8h as 11h ou 14h as 17h. A CONTRATADA deverá confirmar previamente, o local e horário para a entrega dos materiais, mediante correio eletrônico fornecido pelo CONTRATANTE.

Tabela 2- Cronograma de entrega

ITEM	Qtde Total	Período (dias)	30	30	30	30	30	30	30	30	30	30	30	30
		Prazos (dias)	30	60	90	120	150	180	210	240	270	300	330	360
Único	03 Unidades		01 Unidade					01 Unidade					01 Unidade	

6.1.1. A CONTRATANTE enviará o empenho à CONTRATADA via correio eletrônico. Esta última, deverá confirmar o recebimento do empenho, via correio eletrônico, em até 10 (dez) dias corridos a contar do dia de envio do empenho pela CONTRATANTE.

6.1.2. O prazo de entrega supracitado refere-se à efetiva entrega física do material no endereço determinado, e não à emissão de Nota Fiscal por parte da CONTRATADA ou qualquer outro evento.

6.1.3. O cronograma de entrega (Tabela 2) por si, vincula a CONTRATADA e a CONTRATANTE ao seu cumprimento. De forma complementar, a critério da CONTRATANTE, poderá ser emitida uma Ordem de Fornecimento dentro do intervalo temporal de cada um dos três períodos de entrega, evitando-se sobreposição de estoque.

6.2. No caso de produtos perecíveis, o prazo de validade na data das entregas não poderão ser inferior a 10 (dez) meses, ou dois terços do prazo total recomendado pelo fabricante. O não cumprimento de tal prazo por parte da CONTRATADA, poderá, a critério da CONTRATANTE, ensejar a rejeição parcial ou total do(s) item(ns). A empresa será notificada para realização de troca, sem qualquer ônus para a CONTRATANTE.

6.3. Os bens serão recebidos provisoriamente no prazo de 10 (dez) dias úteis, pelos (as) responsáveis pelo acompanhamento e fiscalização da contratação, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Projeto Básico e na proposta.

6.4. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, a qualquer tempo, quando em desacordo com as especificações constantes neste Projeto Básico e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 60 (sessenta) dias úteis, a contar da data de recebimento, pela CONTRATADA, da notificação encaminhada pela CONTRATANTE. A substituição deverá ocorrer às custas da CONTRATADA, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

6.4.1. Na situação de desconformidade, a Administração emitirá à CONTRATADA, uma notificação de reprovação, motivada e por escrito, informando qual(is) item(ns) deverá(ão) ser substituído(s). Tal notificação será emitida pela CONTRATANTE no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contados a partir do dia útil imediatamente subsequente à data de término do prazo do recebimento provisório dos bens.

6.4.2. O prazo de substituição anteriormente proposto, terá início a partir da confirmação de recebimento por parte da CONTRATADA, via correio eletrônico, da notificação de reprovação emitida pela CONTRATANTE. Se a CONTRATADA não confirmar o recebimento em até 10 (dez) dias corridos a contar do dia de envio da notificação de reprovação pela CONTRATANTE, tal notificação será considerada como tacitamente recebida pela CONTRATADA para efeito de contagem de prazo, iniciando-se a contagem dos 60 (sessenta) dias corridos no dia útil imediatamente subsequente.

6.4.3. O prazo para substituição dos bens rejeitados poderá ser prorrogado a critério da Administração, desde que a solicitação seja feita dentro do prazo inicial, e seja justificada por fato relevante.

6.5. Os bens serão recebidos definitivamente no prazo de 10 (dez) dias corridos, contados do recebimento provisório, após a verificação e confirmação das especificações, descrições técnicas, qualidade e quantidade do material constantes neste Projeto Básico e na proposta da CONTRATADA, e consequente aceitação mediante termo circunstanciado.

6.5.1. Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do

prazo.

6.5.2. Caso ocorra a rejeição parcial ou total no decorrer do recebimento provisório ou entre os prazos do recebimento provisório ou definitivo, o prazo do recebimento definitivo terá seu início somente após a efetiva entrega do material substituto. Tal condição não exime a possibilidade de rejeição parcial ou total mesmo após o recebimento definitivo, conforme subitem 6.4 deste Projeto Básico.

6.6. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da CONTRATADA pelos prejuízos resultantes da incorreta execução da contratação.

6.7. No ato da entrega, caso o(s) produto(s) ofertado(s) tenha(m) saído de linha de produção do fabricante, deverá(ao) ser entregue(s) aquele(s) que substituiu(íram) o(s) antigo(s), ou seja, o(s) mais atualizado(s), sem ensejar ônus adicional para a CONTRATANTE, devendo ser apresentada a respectiva comprovação da descontinuidade.

6.8. A CONTRATADA deverá se responsabilizar, integralmente, por quaisquer avarias e violações ocorridos durante o transporte dos produtos até o local de sua efetiva entrega.

7. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

7.1. São obrigações da CONTRATANTE:

7.1.1. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Projeto Básico e seus anexos;

7.1.2. Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Projeto Básico e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;

7.1.3. Comunicar à CONTRATADA, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;

7.1.4. Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da CONTRATADA, através de comissão/servidor especialmente designado;

7.1.5. Efetuar o pagamento à CONTRATADA no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos no Projeto Básico e seus anexos;

7.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela CONTRATADA com terceiros, ainda que vinculados à execução da presente contratação, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da CONTRATADA, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

8. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

8.1. A CONTRATADA deve cumprir todas as obrigações constantes no Projeto Básico, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus, os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:

8.1.1. Efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Projeto Básico e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes a: marca, fabricante, modelo, procedência e prazo de garantia ou validade;

8.1.1.1. O objeto deve estar acompanhado do manual do usuário, com uma versão em português ou inglês e da relação da rede de assistência técnica autorizada;

8.1.1.2. Caso o(s) produto(s) ofertado(s) tenha(m) saído de linha de produção do fabricante, deverá(ao) ser entregue(s) aquele(s) que substituiu(íram) o(s) antigo(s), ou seja, o(s) mais atualizado(s), sem ensejar ônus adicional para a CONTRATANTE, devendo ser apresentada a respectiva comprovação da descontinuidade.

8.1.2. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

8.1.3. Substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado no item 6.4 deste Projeto Básico, qual seja 60 (sessenta) dias úteis, o objeto com avarias ou defeitos;

8.1.4. Comunicar à CONTRATANTE, no prazo mínimo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

8.1.4.1. Deverá, para tal, a Contratada emitir Declaração de prorrogação de prazo de entrega, ainda no período inicial previsto para a entrega, informando motivação relevante do atraso e a nova previsão de entrega em prazo razoável. A aceitação da motivação e novo prazo, será à critério da Administração.

8.1.5. Manter, durante toda a execução da contratação, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

8.1.6. Indicar preposto para representá-la durante a execução da contratação.

8.1.7. Promover a destinação final ambientalmente adequada, sempre que a legislação assim o exigir, como no caso de pneus, pilhas e baterias, etc....

8.1.8. Responsabilizarem-se por todos os ônus e pelas despesas dos tributos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, taxas, fretes, seguros, deslocamento de pessoal, prestação de garantia e quaisquer outras que incidam ou venham a incidir na execução do objeto deste Projeto Básico.

8.1.9. Fornecer, caso solicitado pela Administração, Atestado de Capacidade Técnica, visando comprovar aptidão em atender o objeto desta aquisição.

8.1.10. Manter os valores da proposta inicial e do empenho na entrega inicial e nas duas entregas subsequentes, considerando que esta aquisição contempla três entregas programadas para o período aproximado de 11 (onze) meses.

8.2. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, a empresa CONTRATADA deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização da contratação, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT, conforme alínea "c" do item 10.2 do Anexo VIII-B da IN SEGES/MP n. 5/2017;

9. DA SUBCONTRATAÇÃO

9.1. Não será admitida a subcontratação do objeto licitatório.

10. DA ALTERAÇÃO SUBJETIVA

10.1. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da CONTRATADA com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições da contratação; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade da contratação.

11. DO CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO

11.1. Nos termos do art. 67 Lei nº 8.666, de 1993, será designado representante para acompanhar e fiscalizar a entrega dos bens, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados.

11.1.1. O recebimento de material de valor superior a R\$ 176.000,00 (cento e setenta e sei mil reais) será confiado a uma comissão de, no mínimo, 3 (três) membros, designados pela autoridade competente.

11.1.2. A fiscalização da execução contratual deve ser realizada de forma adequada por profissional com experiência na área.

11.2. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

11.3. O representante da Administração anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução da contratação, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

12. DO PAGAMENTO

12.1. O pagamento será realizado no prazo máximo de até 30 (trinta) dias, contados a partir do recebimento definitivo da Nota Fiscal ou Fatura, através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

12.1.1. Os pagamentos decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 24 da Lei 8.666, de 1993, deverão ser efetuados no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contados da data da apresentação da Nota Fiscal, nos termos do art. 5º, § 3º, da Lei nº 8.666, de 1993.

12.2. Considera-se ocorrido o recebimento definitivo da nota fiscal ou fatura no momento em que o órgão CONTRATANTE atestar a execução do objeto da contratação.

12.3. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 29 da Lei nº 8.666, de 1993.

12.3.1. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do fornecedor contratado, deverão ser tomadas as providências previstas no do art. 31 da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.

12.4. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como, por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a CONTRATADA providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a CONTRATANTE.

12.5. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

12.6. Antes de cada pagamento à CONTRATADA, será realizada consulta ao SICAF para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no Projeto básico.

12.7. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da CONTRATADA, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da CONTRATANTE.

12.8. Previamente à emissão de nota de empenho e a cada pagamento, a Administração deverá realizar consulta ao SICAF para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no art. 29, da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.

12.9. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a CONTRATANTE deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da CONTRATADA, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

12.10. Persistindo a irregularidade, a CONTRATANTE deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à CONTRATADA a ampla defesa.

12.11. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão da contratação, caso a CONTRATADA não regularize sua situação junto ao SICAF.

12.11.1. Será rescindido a contratação em execução com a CONTRATADA inadimplente no SICAF, salvo por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro de interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da CONTRATANTE.

12.12. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

12.12.1. A CONTRATADA regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

12.13. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a CONTRATADA não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, o valor devido deverá ser acrescido de atualização financeira, e sua apuração se fará desde a data de seu vencimento até a data do efetivo pagamento, em que os juros de mora serão calculados à taxa de 0,5% (meio por cento) ao mês, ou 6% (seis por cento) ao ano, mediante aplicação das seguintes fórmulas

$EM = I \times N \times VP$, sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$$I = (TX) \quad I = \frac{(6/100)}{365}$$

$$I = 0,00016438$$

$$TX = \text{Percentual da taxa anual} = 6\%$$

13. DO REAJUSTE

13.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contados da data de confirmação de recebimento do Empenho, conforme os termos do subitem 1.2. deste Projeto Básico.

13.2. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido da CONTRATADA, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pela CONTRATANTE, do índice IPCA, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade, com base na seguinte fórmula (art. 5º do Decreto n.º 1.054, de 1994):

$R = V (I - I^0) / I^0$, onde:

R = Valor do reajuste procurado;

V = Valor contratual a ser reajustado;

Iº = índice inicial - refere-se ao índice de custos ou de preços correspondente à data fixada para entrega da proposta na licitação;

I = Índice relativo ao mês do reajustamento;

13.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

13.4. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o CONTRATANTE pagará à CONTRATADA a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo.

13.5. Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.

13.6. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

13.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

13.8. O reajuste será realizado por apostilamento.

14. DA GARANTIA DE EXECUÇÃO

14.1. Não haverá exigência de garantia contratual da execução, pelas razões abaixo justificadas:

14.1.1. O Projeto Básico possui medidas acauteladoras suficientes em proteção à Administração, assegurando a boa execução/fiscalização desta aquisição,

14.1.2. Os pagamentos somente serão realizados após recebimentos provisório e definitivo, e ainda há a previsão de retenção de pagamentos caso materiais estejam em desacordo quantitativamente e/ou qualitativamente em relação às exigências e descrições previstas no Projeto Básico.

15. A GARANTIA CONTRATUAL DOS BENS

15.1. O prazo de garantia contratual dos bens, complementar à garantia legal, será: 1) no caso de insumos com validade menor que doze meses, o prazo de garantia contratual deverá ser igual ao prazo de validade fornecido pelo fabricante. 2) no caso de produtos com prazo de validade igual ou maior que doze meses ou validade indeterminada, o prazo de garantia contratual será de doze meses.

15.2. Caso o prazo da garantia oferecida pelo fabricante seja inferior ao estabelecido nesta cláusula, o licitante deverá complementar a garantia do bem ofertado pelo período restante.

16. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

16.1. Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, a CONTRATADA que:

a) falhar na execução da contratação, pela inexecução, total ou parcial, de quaisquer das obrigações assumidas na contratação;

16.1.2. Ensejar o retardamento da execução do objeto;

16.1.3. Falhar ou Fraudar na execução da contratação;

16.1.4. Comportar-se de modo inidôneo;

16.1.5. Cometer fraude fiscal;

16.1.6. Não manter a proposta.

16.2. Pela inexecução total ou parcial do objeto desta contratação, a Administração pode aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções:

i) **Advertência por escrito**, quando do não cumprimento de quaisquer das obrigações contratuais consideradas faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretem prejuízos significativos para o serviço contratado;

ii) **Multa**:

(1) Moratória de 0,2 % (zero virgula dois por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias; sem prejuízo das demais penalidades. Multa de 0,4% (zero vírgula quatro por cento), por dia de atraso, no descumprimento das obrigações assumidas, sobre o valor do inadimplemento, após o 30º (trigésimo) dia, limitada ao percentual de 10% (dez por cento), sem prejuízo das demais penalidades;

(2) Compensatória de 10% (dez por cento) sobre o valor total da contratação, no caso de inexecução total do objeto;

iii) **Suspensão de licitar e impedimento de contratar** com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;

iv) **Sansão de Impedimento de licitar e contratar com órgãos e entidades da União**, com o consequente descredenciamento no SICAF pelo prazo de até cinco anos;

v) **Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar** com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a CONTRATADA ressarcir a CONTRATANTE pelos prejuízos causados;

16.3. As sanções previstas nos subitem "iv" também é aplicável em quaisquer das hipóteses previstas como infração administrativa neste Projeto Básico.

16.4. As sanções previstas nos subitens "i", "iii", "iv" e "v" poderão ser aplicadas à CONTRATADA juntamente com as de multa, descontando-a dos pagamentos a serem efetuados.

16.5. Também ficam sujeitas às penalidades do art. 87, III e IV da Lei nº 8.666, de 1993, as empresas ou profissionais que:

16.5.1. Tenham sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

16.5.2. Tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

16.5.3. Demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

16.6. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à CONTRATADA, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999.

16.7. As multas devidas e/ou prejuízos causados à CONTRATANTE serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor da União, ou deduzidos da garantia, ou ainda, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa da União e cobrados judicialmente.

16.7.1. Caso a CONTRATANTE determine, a multa deverá ser recolhida no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

16.8. Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta do licitante, a União ou Entidade poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme artigo 419 do Código Civil.

16.9. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

16.10. Se, durante o processo de aplicação de penalidade, se houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização - PAR.

16.11. A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.

16.12. O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.

16.13. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

17. CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR.

17.1. As exigências de habilitação jurídica e de regularidade fiscal e trabalhista são as usuais para a generalidade dos objetos.

17.2. Os critérios de qualificação econômico-financeira a serem atendidos pelo fornecedor no cumprimento das exigências previstas neste Projeto Básico.

17.3. Os critérios de qualificação técnica a serem atendidos pelo fornecedor serão:

17.3.1. Comprovação de aptidão, para o fornecimento de bens em características, quantidades e prazos compatíveis com o objeto desta contratação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de atestados fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado.

17.4. Os critérios de aceitabilidade de preços serão:

Valor Global: **R\$ 2.616,00 (Dois mil seiscentos e dezesseis reais)**

Valores unitários: conforme planilha de composição de preços anexa ao Projeto Básico.

18- ESTIMATIVA DE PREÇOS E PREÇOS REFERENCIAIS

18.1. O custo estimado da contratação é de **R\$ 2.616,00 (Dois mil seiscentos e dezesseis reais)**:

TABELA 02- Da avaliação de custos

ITEM	DESCRIÇÃO/ESPECIFICAÇÃO	
1	PowerPlex® 6C Matrix Standard, (6C Matrix Standards are labeled with: FL-6C, JOE-6C, TMR-6C, CXR-6C, TOM-6C and WEN): Padrão de fluoróforos usado na calibração espectral para uso de kits PowerPlex® Fusion 6C System. Compatível com plataformas como 3500 e 3500xL Genetic Analyzers. Código do produto: DG4900. Apresentação do produto: embalagem com 5 Preps. QUANTIDADE REQUERIDA: 03 unidades	
	COTAÇÃO ÚNICA	CNPJ: 11.909.227/0001-70 VALOR COTADO: R\$ 872,00 (unidade) VALOR UNITÁRIO: R\$ 872,00 (unidade) QUANTIDADE: 3 unidades VALOR REQUERIDO: 3 x 872,00 = 2.616,00
	VALOR TOTAL ESTIMADO	2.616,00 (Dois mil seiscentos e dezesseis reais)

19- DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

19.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

Gestão/Unidade: (preencher conforme indicado na Declaração Orçamentária);

Fonte de Recursos: (preencher conforme indicado na Declaração Orçamentária);

Programa de Trabalho: (preencher conforme indicado na Declaração Orçamentária);

Elemento de Despesa: (preencher conforme indicado na Declaração Orçamentária);

Plano Interno: (preencher conforme indicado na Declaração Orçamentária);

Nota de Empenho: (preencher com o número da nota de empenho).

20- RESPONSÁVEL PELO PROJETO BÁSICO

20.1. O presente Projeto Básico foi elaborado pelo abaixo assinado, no uso das suas atribuições legais e normativas aplicáveis, sendo objeto do exame e, no caso de concordância, da aprovação pelo Diretor Técnico-Científico da Polícia Federal, integrando o processo administrativo formalizado com vistas à instauração da inexigibilidade licitatória.

Câmara Nacional de Modelos de Licitações e Contratos da Consultoria-Geral da União

Projeto Básico - Modelo para Pregão Eletrônico – Compras

Atualização: Junho/2021.

Brasília/DF, 27 de outubro de 2021.

BRUNO RODRIGUES TRINDADE

Perito Criminal Federal

Chefe do SEGEF/DPER/INC/DITEC/PF

De acordo.

DANIEL RUSSO

Perito Criminal Federal

Chefe da Divisão de Perícias-DPER

Aprovo este Projeto Básico em ____ de _____ de 2021.

NIVALDO PÔNCIO

Perito Criminal Federal

Diretor Técnico-Científico



Documento assinado eletronicamente por **BRUNO RODRIGUES TRINDADE, Perito(a) Criminal Federal**, em 27/10/2021, às 13:49, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **DANIEL RUSSO, Perito(a) Criminal Federal**, em 28/10/2021, às 15:58, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **RICARDO GUANAES COSSO, Diretor - Substituto(a)**, em 28/10/2021, às 18:48, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.dpf.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **20763901** e o código CRC **8FF25654**.